

Literatura menor e filosofia nômade: duas línguas revolucionárias

Minor literature and nomadic philosophy: two revolutionary languages

Auterives Maciel Jr, Jadir Machado Lessa

Resumo

O texto trabalha, por um lado, a invenção de língua na criação literária com a ideia de literatura menor que Deleuze e Guattari constroem para abordar os escritos de Kafka; e coteja, por outro lado, esta experiência minoritária da literatura com uma língua intempestiva do conceito que é expressão do pensamento nômade de Deleuze e Guattari. Assim, o texto busca a elucidação das duas línguas, mostrando como elas resistem aos poderes estabelecidos, criando o devir revolucionário para além da história.

Palavras-chave

Literatura, Literatura menor, Filosofia nômade, Devir.

Abstract

the paper deals, on the other hand, the invention of (the) language in the literary creation expressing the idea of (the) minor literature which Deleuze and Guattari construct in order to broach Kafka's papers; on the other hand, this minor experience of the literature together with an untimely language of concept which is Deleuze's and Guattari's nomadic thought expression, thus the paper looks for the clasification of both languages, so showing how they resist facing the established powers, creating the revolutionary devir (coming) beyond history.

Keywords

Literature, Minor literature, Nomadic Philosophy, Devir (coming).

Auterives Maciel Jr **Pontifícia Universidade** **Católica do Rio de Janeiro**

Doutor em teoria psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; mestre em filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Leciona no Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO e no programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Psicanálise, Saúde e Sociedade da Universidade Veiga de Almeida - UVA.

autermaciel@gmail.com

Jadir Machado Lessa **Universidade Federal do** **Maranhão**

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Pesquisador e professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

jadir.lessa@yahoo.com.br

Introdução

Quando dizemos que línguas são inventadas nas criações literárias e filosóficas, buscamos – através de tal enunciação – o vetor de politização de duas línguas, mostrando como elas expressam a vocação de procedimentos revolucionários. Com isso, confirmamos a ideia de que existem duas invenções sintáticas singularizadas por pensamentos empenhados na produção de um devir minoritário.

Acerca do pensamento literário, percebemos que escrever não é narrar acontecimentos vividos, nem tampouco representar o sentido histórico da realidade estabelecida. A literatura é uma prática de resistência, uma espécie de intervenção política do escritor criador que inventa uma nova língua através de um uso minoritário da língua padrão. Tal aventura literária reside, precisamente, na expressão de visões e de audições forjadas na língua, para a expressão de ideias estéticas criadas pela experiência do pensamento. Assim, escrever é o processo de uma invenção literária, onde nele um uso singular da língua subverte os sentidos que impregnam o uso majoritário ou coloquial. Na imanência da narrativa literária o escritor é um estrangeiro na sua própria língua, que trabalha a sintaxe para criar a língua revolucionária da política literária.

Da mesma maneira, diremos que uma filosofia - como disciplina intempestiva que cria conceitos – surge, juntamente, com a invenção de uma língua própria para a sua expressão. Assim, devemos dizer da filosofia algo análogo ao que dissemos da literatura: um grande filósofo é – tal como um escritor revolucionário - um inventor de uma nova língua para além da sua própria pátria. Acreditamos que a língua apátrida dos conceitos exprime uma vocação singular de uma certa filosofia que permite cotejá-la ao lado do procedimento da literatura. A existência de um ato político nesta anomalia conceitual, consolida a certeza de que a filosofia forja na língua a matéria de expressão de um pensamento que transpõe a história, criando as condições não atuais para o seu movimento. Seria tal filosofia a expressão de um pensamento nômade? Existiria um nomadismo do pensamento nesta aventura filosófica?

Insistimos com tais perguntas movidos por um interesse que transborda a mera curiosidade estilística: queremos, na verdade, tratar da literatura menor de Kafka e da filosofia nômade de Deleuze e Guattari como duas invenções de línguas feitas pela atitude revolucionária dos seus respectivos pensamentos. No nosso percurso, a literatura menor de Kafka, construída pela análise filosófica de Deleuze e Guattari, será cotejada com um processo de minoração existente na filosofia nômade dos dois autores.

Entretanto, convém imediatamente perguntar: como entender a especificidade dos dois procedimentos? Quais as diferenças existentes entre a língua da literatura dita menor e a língua nômade da filosofia?

É na diferença entre as duas experiências que centraremos a nossa análise, colocando toda a ênfase da nossa investigação na especificidade das línguas que empreendem o processo de fuga e subtração da realidade sedimentada. Posto isto, podemos enunciar que a literatura menor e a filosofia nômade são dois empreendimentos que resistem ao presente pela criação de novas possibilidades de vida, sejam elas construídas – como veremos a seguir - por visões e audições forjadas no trabalho esmerado da sintaxe literária, ou através de conceitos filosóficos – como mostraremos na segunda parte do nosso trabalho.

A criação de língua na literatura: Kafka e a literatura menor

Deleuze e Guattari escreveram um singelo livro sobre Kafka com um curioso título: Kafka por uma literatura menor. Um leitor dos filósofos tem precisamente a compreensão de que o conceito que consta no título expressa - no contexto das suas filosofias - uma posição política dos seus pensamentos. Afinal, ser menor não é sinônimo de ser inferior. A minoração enunciada pelos autores é definida por condições revolucionárias de uma literatura que foge das opiniões estabelecidas e dos consensos forjados por atividades literárias rendidas aos entusiasmos que certos escritores produzem sobre as majorias. Ou seja, uma literatura de maioria - quase confundida com uma transmissão de notícias - não tem como evitar sua vocação resignada de submissão a realidade consolidada. Por isso, a literatura menor é a revolução empreendida por uma minoria que faz um uso singular da língua no âmbito língua maior.

Entretanto, convém não esquecer que o procedimento de minoração aparece em vários contextos relacionados à experiência da criação em Deleuze e Guattari. Existe, por exemplo, toda uma política da língua menor trabalhada em função da constatação de que é possível contestar um uso político majoritário que conjuga a língua com dispositivos de poder (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Neste contexto os autores falarão de um uso menor da língua, tratando-a como um dispositivo de resistência ao presente. Além disso, Deleuze - no seu famoso trabalho um manifesto de menos - aborda o drama teatral de Carmelo Bene (DELEUZE, 2010) para avaliar o procedimento do dramaturgo, chamando-o de teatro menor.

Com esta breve digressão, frisamos que a noção de menor possui uma certa precisão conceitual que converge com a posição política defendida pelos filósofos; e voltamos a nossa atenção para Kafka com a tarefa de fazer, pela literatura, uma breve explicitação da sua máquina literária. Sendo assim, quais são as características de uma literatura menor?

Em primeiro lugar, na literatura menor a língua sofre um profundo processo de mutação. Ela é posta a serviço de ideias não corriqueiras que a deslocam dos seus sulcos habituais. Ou seja, ela não mais se encontra a serviço das opiniões dominantes, sendo exercida na invenção sintática que a situa no vetor de uma desterritorialização política. Por isso, "menor" não qualifica simplesmente "certas literaturas, mas as condições revolucionárias de toda literatura no seio daquela que é chamada de grande ou estabelecida" (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 28). Ela se define pelo uso que uma minoria faz de uma língua maior, para colocá-la em um processo de fuga territorial. Assim, quando um judeu do império austro húngaro (atual república tcheca) escreve em alemão, ou usa o alemão com entonações sintáticas que confere à língua características intensivas, ele encontra - através do ato da escrita - o seu ponto de subdesenvolvimento, o seu trabalho de desterritorialização, sua linha de fuga revolucionária no procedimento insólito da minoração.

No caso específico de Kafka - escritor que se apropria do alemão em uma circunstância politicamente adversa - escrever é um ato deflagrado em uma situação delimitada por uma tripla impossibilidade. Nesse sentido, Kafka define, com precisão, a situação que barra aos judeus de Praga o acesso a escritura, tornando a literatura deles algo impossível ou improvável. Como dizem Deleuze e Guattari, a tripla impossibilidade se define como:

Impossibilidade de não escrever, porque a consciência nacional, incerta ou oprimida passa necessariamente pela literatura (a batalha literária adquire uma justificação real na maior escala possível). A impossibilidade de escrever de outra maneira que não em alemão é para os judeus de Praga o

sentimento de uma distância irreduzível em relação a uma territorialidade primitiva, a tcheca. E a impossibilidade de escrever em alemão é a desterritorialização da própria população alemã, minoria opressiva que fala a língua afastada das massas, como uma “língua de papel” ou artificial (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 25).

Além disso, convém frisar que os judeus ao mesmo tempo em que fazem parte dessa minoria, dela são excluídos como ciganos que operam na língua alemã desterritorializada um uso menor. Em suma, o alemão de Praga permite um uso revolucionário que será investido pela invenção da máquina literária de Kafka.

Assim, dessa tripla impossibilidade surge o movimento que condiciona a literatura no vetor da fuga crítica dos domínios estabelecidos. Afinal, a politização da língua na literatura de Kafka só ganha o seu devido valor por ter sido forjada nas condições adversas enunciadas no contexto histórico no qual viveu o escritor.

É bem verdade que em uma linguagem comum há sempre uma desterritorialização da boca, da língua e dos dentes. Se contarmos, por exemplo, que os territórios iniciais de tais órgãos são as fontes alimentícias, quando começamos a falar, colocamos estes órgãos no empenho de articulações de sons promovendo uma ruptura com a territorialidade inicial. Ou seja, ao falarmos jejuamos e ao procedermos desta maneira, construímos territórios pela linguagem na condição de seres falantes. Ora, tal movimento de passagem de um território a outro deve ser compreendido como uma desterritorialização relativa, pois se encontra limitada pelos movimentos prescritos na sociedade. Nela, a língua compensa o abandono territorial originário com o ingresso em uma nova formação territorial plena de sentido. Ou seja, “deixando de ser órgão de um sentido, torna-se instrumento do sentido” (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 31-32). No uso ordinário da linguagem, o sentido se reduz à designação dos sons articulados às coisas, ou à significação – através das palavras – de conceitos universais que representam as coisas (DELEUZE, 1969). Tanto na designação, quanto na significação, vigora um uso extensivo ou representativo da linguagem, inseparável de um uso maior da língua e de um desejo circunscrito em um território socialmente delimitado ¹.

Posto assim, podemos dizer que existe na literatura de Kafka todo um movimento de desterritorialização “absoluta” singularizando o seu procedimento. A criação literária avaliada neste vetor procede por minoração da língua, tornando o escritor criador um grande inventor de uma língua para minorias. Com isso, Kafka rompe com o uso extensivo e representativo da linguagem, operando com a língua um empreendimento político.

No entanto, ao invés de propor – como ocorre nas literaturas ditas maiores – uma reterritorialização simbólica com base em arquétipos, cabala e alquimia; com o sonho grandioso de construir uma literatura universal ou de fazer da literatura o veículo de expressão de verdades universais; Kafka inventará uma outra maneira de escrever. Ele buscará na língua alemã de Praga, na pobreza que a caracteriza, o movimento de desterritorialização absoluta pelo vetor da sobriedade sintática; inventando uma língua rica em intensidades, fazendo-a vibrar no seu estilo literário ao preservar do sentido o mínimo indispensável para a consecução da narrativa.

Assim, ao opor um uso intensivo da língua a todo uso extensivo, ao romper com as significâncias, com as designações e com as manifestações - que atam a literatura ao ciclo coloquial da representação -, e ao criar um vetor literário como um puro sentido expresso como veículo de intensidades, Kafka construiu suas máquinas literárias através do uso político da língua alemã.

1

Remetemos o leitor para a leitura da série “da proposição” do livro intitulado “A lógica do sentido”, onde Deleuze analisa três dimensões representativas do uso habitual da proposição como enunciado lógico: a designação, a manifestação e a significação. Nas três dimensões a proposição é pensada como meio de designação da realidade, como manifestação do desejo e da crença do sujeito que representa a realidade e como significação de conceitos universais estipulados na perspectiva de um pensamento representativo. No texto, resumimos estas dimensões para a elas contrapormos os aspectos revolucionários de uma máquina de expressão literária e filosófica.

Levando em consideração a situação particular dos judeus de Praga em relação à diversidade de línguas presentes no contexto histórico, teremos que precisar a opção Kafkiana pelo alemão. É certo que o tcheco é a língua vernácula dos judeus oriundos dos meios rurais e que esta língua tende a ser esquecida, ou até mesmo, recalçada. Por outro lado, o iídiche é uma língua sem gramática que vive de vocábulos roubados que serão enxertados por Kafka no seu procedimento literário. O hebreu aparece como língua mítica – anunciando o sonho ativo de uma circunstância messiânica puramente teleológica. O alemão, enfim, aparece como língua veicular das cidades, língua burocrática de estado, língua afastada da massa, mas que sofrerá em Kafka um uso minoritário com um forte vetor de desterritorialização.

Sendo verdadeira a ideia de que tal pluralidade de línguas favorece o surgimento de usos diferenciados no campo efetivo da pragmática literária, podemos dizer, sem delongas, que Kafka rejeita toda orientação que busca uma reterritorialização histórica e social na esfera da pluralidade de línguas. Ou seja, ele não busca a direção de construir um novo território tcheco, não faz um uso hipercultural do alemão, recusa, igualmente, o recurso mítico da língua hebraica e nem se rende a um iídiche oral e popular.

Entretanto, o recurso que o iídiche apresenta será tomado de uma maneira extremamente singular, convertendo-o em uma escritura única e solitária. Em suma, Kafka opera com o alemão de praga uma desterritorialização inédita, fazendo-o correr em uma linha de fuga atravessada por um alto índice de intensidade. Em suma, existe na literatura de Kafka um uso menor de uma língua maior que consiste - com muita precisão – na atividade revolucionária de uma literatura menor. Ou seja, na condição de judeu de Praga, vendo a impossibilidade de escrever de outra maneira senão daquela que faz da literatura um ato político, Kafka se serve do alemão para dar a ele um tratamento insólito e singular.

Por isso, em segundo lugar, é preciso dizer que em uma literatura menor todo fato individual já é imediatamente político, estando a política entendida no uso da língua. Assim, pretendemos afirmar que não existe neste tipo de literatura uma separação entre o individual e o político, como vão existir nas chamadas literaturas de maioria. Se é verdadeira a asserção de que nas literaturas maiores os casos individuais possam ser tratados com reserva frente aos interesses políticos, na literatura de Kafka tudo já é imediatamente político. Ou como dizem Deleuze e Guattari:

Nas grandes literaturas o caso individual (familiar, conjugal, etc.) tende a ir ao encontro de outros casos não menos individuais, servindo o meio social como ambiente e fundo... A literatura menor é totalmente diferente: seu espaço exíguo faz com que cada caso individual seja imediatamente ligado à política. O caso individual se torna então mais necessário, indispensável, aumentado ao microscópio, na medida em que uma outra história se agita nele (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 26).

Ou seja, evidenciar no caso individual a presença da opressão e da política da cidade é entender, no empreendimento literário, como o ato de escrever desvela os conflitos nas esferas as mais insuspeitas. Assim, tanto os meios, quanto as histórias, os relatos das cartas, as novelas e os romances, são tratados, deliberadamente, como fenômenos políticos. Na experiência de Kafka assistimos uma abordagem desconcertante dos fenômenos narrados que entrecruzam os ditos acontecimentos explicitamente sociais com os fatos da vida individual. Ou seja, a inseparabilidade entre o individual e o coletivo, na certeza generalizada de que é possível tratar todo e qualquer caso individual como fato imediatamente político, recebe em Kafka uma precisão literária que o conduz a um empreendimento deliberadamente revolucionário.

Percebemos como as duas características se encontram devidamente entrelaçadas: o uso menor e político de uma língua maior é inseparável da inserção do indivíduo no campo imediato de uma micro - política. E isto é feito com a suposição de que a literatura – na vocação da linha de fuga ativa assumida pelo empreendimento da criação – se tece na evocação de um povo que sofre e busca, na criação, os meios ativos para a prática da liberdade.

Enfim, colocaremos em relevo o fato de que a literatura menor valoriza sobremaneira o coletivo. Abordando a língua pelo viés da enunciação, diremos que Kafka recusa a duplicidade implícita das ditas literaturas de maioria: ele não trabalha com a distinção entre dois sujeitos – O sujeito do enunciado como o herói do romance e o sujeito da enunciação suposto na figura do narrador –; para propor, em contrapartida, toda uma literatura construída no vetor de uma enunciação sempre coletiva. Há, indubitavelmente, um agenciamento coletivo de enunciação presidindo a direção da máquina literária de Kafka. Na situação que condiciona a sua experiência literária a relação do indivíduo com o coletivo é imediata, formando a convicção de que o sujeito literário é, na realidade, a expressão contundente de todo um agenciamento de enunciação explicitado pela narrativa.

Verificamos este procedimento com relativa frequência nas novelas, nas cartas e nos romances que instauram um estilo de Kafka na política: a sequência das novelas são inseparáveis dos devires animais; já nos romances predominam os agenciamentos coletivos que politizam de forma insólita a vida anônima das vítimas do poder e as cartas encenam o pacto diabólico através do qual as relações conjugais – cartas a Felice – são desfeitas; o acerto de contas com o pai é politizado, fazendo o processo edípiano recair sobre a figura do próprio Kafka.

Na novela a situação de Gregor (KAFKA, 1977a) nos parece exemplar: afinal existe ou não na metamorfose o devir animal que enseja a fuga empreendida com a revelação do fracasso no final? Resta entender de que Kafka foge ou faz Gregor fugir. Cremos na asserção generalizada de um devir que encena, na sua precipitação, a ampliação de uma situação edípica elevada à instância política do absurdo. Nela, entrevimos, a fuga insólita de um personagem atravessado por um devir animal, que ao ser reconduzido à esfera da família morre capitulado pelo seu Édipo. Ora, na fuga e na decepção, o desespero intencionado não impede que assistamos o evento como uma deliberação política. O que a novela encena, de forma magistral, é o acento absurdo de uma situação que, curiosamente, acena para o aspecto político de sujeito de enunciação que, por um lado, coloca em transparência os recursos de um poder se insinuando em uma língua e, por outro, encena a fuga que potencializa a minoração.

De uma outra maneira, no romance O processo (KAFKA, 1935) somos confrontados com o absurdo de um coletivo explicitado na condição paroxística que faz surgir os aspectos farsescos do procedimento processual. Como observam Deleuze e Guattari, “tudo é falso no Processo: mesmo a lei de encontro a lei Kantiana, erige a mentira em regra universal” (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 73). No transcorrer do romance reside a denúncia de um processo interminável onde os advogados são falsos, os juízes falsos, e a situação absurda de uma potência do falso faz advir a certeza de que há – na máquina literária erigida no romance – todo um desejo agenciado pela denúncia de uma lei que faz com que um coletivo se agite no estranho procedimento processual da literatura menor.

Enfim, como terceiro exemplo da nossa demonstração, a famosa carta ao pai (KAFKA, 1977b): ali onde Kafka - através de um uso cômico e perverso do Édipo – multiplica e amplia o triangulo, mostrando – de forma brilhante – como o pai patrão é, na verdade, vítima de toda uma coerção social que pode e deve ser politizada pela prática coletiva de minoração. O caráter exacerbado do Édipo, o Édipo muito gordo, é a explicitação política

dos mecanismos de sujeição, que evidencia, com contundência literária, a vocação de uma literatura que denuncia os mecanismos do poder para criar os meios de fuga.

O que se mostra nos exemplos assinalados demonstra, com precisão, o procedimento minoritário que se estende às novelas como um todo, aos romances que encenam a engrenagem política do agenciamento de enunciação e as cartas que condicionam a experiência literária como máquina política. Sendo assim, a metamorfose, o castelo, o processo, a muralha da china, a colônia penal, as cartas a Felícia e a famosa carta ao Pai², fulguram no contexto como expressões de uma máquina literária que torna a política o empreendimento prioritário da literatura menor.

Ora, tal processo de minoração é, nesse sentido, compreendido como a expressão verbal de um pensamento que rompe com o populismo deflagrando, no estilo da palavra, enunciados contundentes que favorecem o leitor a fazer uma experiência política pelo universo entreaberto através da palavra. Em suma, não existe distinção entre um sujeito da enunciação – explicitado na figura anônima do narrador – e um sujeito do enunciado – preso às vicissitudes de uma escrita programada literariamente. Em Kafka, o procedimento inclui nos meandros literários toda uma fala que expressa – seja na agonia de um condenado que se submete ao absurdo de um processo interminável; seja na instância insólita dos devires animais ensaiados pela fuga dos poderes estabelecidos – a vocação de uma coletividade linguística que define a política estética da literatura menor.

Com tais características precisamos alguns aspectos da literatura menor de Kafka, dando ênfase a expressão literária. Claro está que a ressonância pretendida neste trabalho ainda se encontra incompleta, pois é preciso não só fazer a contemporização do devir que habita a experiência literária e o afazer filosófico; como também elucidar a natureza do povo que é evocado por estes dois procedimentos. Como a provocação que constrói o texto supõe que estes dois procedimentos se encontrem em ressonância, deixaremos essa avaliação para a conclusão, avaliando agora os principais aspectos da língua nômade dos conceitos.

A língua nômade dos conceitos

Pela análise empreendida no item anterior é possível inferir que os autores filósofos se posicionam ao lado daquilo que eles atribuem ao procedimento de Kafka, confirmando a inferência de uma provável cumplicidade filosófica. Nesse caso, existe um cotejamento político desta filosofia com a literatura menor, consolidando a tese de que eles fazem uma filosofia nômade pelo mesmo processo de minoração. Por outro lado, Deleuze e Guattari afirmam no livro *O que é a Filosofia?*, que todo grande filósofo, ao criar o seu sistema conceitual, torna urgente a invenção de uma língua apta a exprimir os conceitos oriundos da experiência do pensamento. Disto inferimos a ideia de que na criação do conceito há, igualmente, uma invenção sintática feita com o propósito de ofertar ao pensamento uma matéria de expressão. Assim, ao filósofo nômade deve ser creditada a tarefa de inventar uma língua estrangeira que expresse as condições minoritárias da revolução filosófica.

Mas se há invenção de conceitos no fazer filosófico, não devemos, com isso, supor que toda filosofia traz de fato uma vocação similar? Nem sempre. Pois é fato que na história a filosofia, muitas vezes, se iludiu ao se comprometer com a opinião que ela supostamente pretendia denunciar; construindo concepções contemplativas, reflexivas e comunicativas que comprometeram seu empreendimento revolucionário. Sendo assim, o

2

Citamos aqui diversos textos de Kafka com o propósito de contextualizar a nossa explicitação política, e buscamos uma breve sistematização da máquina literária para fundamentar o entrelace da literatura menor com a filosofia nômade. Neste texto, nossa prioridade é apresentar as principais características da literatura menor, mas existe em Deleuze e Guattari um capítulo que analisa com precisão os componentes da máquina literária e que aqui foram sumariamente inventariados em função da direção adotada pelo nosso texto. Para uma busca mais detalhada dos componentes da máquina literária de Kafka, recomendamos a leitura do capítulo 4 do livro Kafka por uma literatura menor de Deleuze e Guattari

problema que devemos enfrentar aqui consiste, sobretudo na avaliação da forma de pensar que fundamenta a construção da língua nômade; já que existem pensamentos filosóficos definidos na tarefa de representar a realidade estabelecida, forjando os meios cognitivos para tal empreendimento. Tais procedimentos se encontram implicados em uma concepção moral da filosofia, que qualifica o filósofo como um representante da opinião ou da maioria, ao forjar uma imagem dogmática ou moral do pensamento, que faz o filósofo sonhar com uma cumplicidade estatal, falando a língua majoritária da representação. Por isso, é preciso situar Deleuze e Guattari como filósofos que inventam uma língua nômade para conferir ao pensamento sua vocação política de ruptura com o ideal da opinião. Para eles, criar conceitos é romper com os preconceitos que contaminam certos procedimentos filosóficos e que fazem os filósofos se apresentarem como representantes de uma língua de maioria.

Mas devemos definir com rigor os caracteres anômalos da língua desta filosofia nômade, traçando em linhas gerais a singularidade do pensamento que delimita o seu estilo político. Diremos, de início, que o ato político do filósofo ocorre na criação de conceitos que são acontecimentos que criticam o presente, abrindo a possibilidade do novo; diremos também que no ato de criação do conceito existe o traçado de um plano de imanência (a terra dos conceitos), que rompe com as supostas referências históricas e estatais, provendo a filosofia de um destino inatual; diremos, na intercessão final, que no ato de criação existe uma experiência do fora para um pensamento que faz o criador entrar em um devir inseparável da invenção de personagens conceituais.

Nesta filosofia a criação conceitual ocorre em uma linha de fuga traçada pelo combate ostensivo contra as opiniões. Sendo assim, na criação do conceito há o risco do crivo do caos assumido por um pensamento que faz do combate o motor do seu funcionamento. É que pensar como sinônimo de combater acontece nos limiares de rupturas ao presente e à história, fazendo advir os acontecimentos que serão consagrados ao sistema através de problemas que precedem a criação dos conceitos. Ou seja, pensar é problematizar e isto só ocorre quando o pensamento for forçado a crivar as forças oriundas do caos. É que o ato de pensar - uma vez distinto das representações coloquiais - apresenta-se como uma experimentação inseparável da linha de fuga que a filosofia traça quando cria conceitos para ofertá-los na imanência de uma terra sem pátria, isto é, de um plano de imanência não identificável com a ideologia do estado - nação.

Dito isto, o problema que passa a nos interessar pode ser precisado nos seguintes termos: como definir a língua desta filosofia nômade? Ou seja, como delimitar as condições da criação filosofia inatual de uma filosofia nômade com os traços expressivos de uma anomalia da língua?

Claro está que a língua não é o conceito, nem tampouco procura significá-lo. Neste empreendimento os conceitos não são representações mentais abstraídas de objetos percebidos pela experiência sensível, nem tampouco representações inatas ou a priori que condicionam a experiência possível. Na língua nômade da filosofia, os conceitos são acontecimentos criados pela experimentação de um pensamento inquietado por forças oriundas do caos; emergindo como seres incorporais através de uma endo-consistência criada pelo pensamento que a língua deve igualmente expressar. Com isso, a função da língua deixa de ser puramente significativa para se tornar expressiva; estando esta definida como matéria de expressão para a aventura intempestiva do pensamento. Ora, a noção de expressão como dimensão inaugural de uma língua intempestiva, confere ao conceito um estatuto real. Ou seja, como acontecimentos do pensamento os conceitos são tão reais quanto os entes sedimentados nas atualidades materiais, mas são em si mesmos virtuais na condição de acontecimentos inventados por

um pensamento ativado pelo desejo de ruptura com as opressões consumadas na história.

Mas como precisar na língua o estatuto do conceito como acontecimento? Aqui, Deleuze e Guattari recorrem a uma tradição histórica que pensa o acontecimento segundo uma lógica e uma metafísica do devir. Do antigo estoicismo à filosofia de Leibniz (DELEUZE, 1988), deste à filosofia de Whitehead (DELEUZE, 1988) – atravessados por inflexões que trouxeram o acontecimento para o âmbito do pensamento –, Deleuze e Guattari propuseram – com precisão sintética – uma ideia de conceito como acontecimento incorporal (DELEUZE; GUATTARI, 1991). Defendem a tese de que os acontecimentos são reais, mas não possuem a realidade dos corpos físicos, pois emergem do encontro destes como efeitos de relações. Na clássica distinção estoica os acontecimentos são reais, porém incorporais, isto é, são impalpáveis segundo a matéria, mas podem ser pensados pela relação que resulta do encontro do pensamento com forças que o ativam nas experiências da vida. Assim, todo conceito possui componentes, sendo estes os seus elementos constituintes. Dito de outro modo; todo conceito é uma multiplicidade constituída de componentes internos que se explicitam pela expressão da língua. Por exemplo, há no conceito de Duração – criado de forma magistral por Henri Bergson – três componentes que marcam, a princípio, a singularidade da sua criação: a duração é um tempo contínuo; heterogêneo – isto é, constituído por uma multiplicidade qualitativa ou virtual (BERGSON, 1888) –; e que se divide mudando de natureza a cada divisão – de onde inferimos a brilhante ideia de alteração. Continuidade, multiplicidade e alteração são os componentes que conferem uma consistência interna ao conceito de duração, apresentado como uma virtualidade do pensamento que a língua deve – na torção da sintaxe – expressar.

Tal concepção do conceito confere ao pensamento duas características capitais: por um lado, não há conceito simples, nem tampouco universal – pois os conceitos saltam do caos em função de problemas vivos que o filósofo soube resolver –; por outro lado, todo conceito justifica a sua criação como um paradoxo que desativa as convicções da opinião, dando ao homem a possibilidade de pensar de uma outra maneira. Assim, a língua nômade dos conceitos diz os acontecimentos que exprimem a vocação paradoxal de uma filosofia que cria as condições revolucionárias de afirmação da vida.

Além disso, se o pensamento é ativado nas experiências de deriva que resultam dos riscos assumidos na ruptura com o presente, o ato de pensar pode ser devidamente instaurado na fuga da realidade atual. Sendo assim, pensar é romper com o presente, com os obstáculos que oprimem a vida na história, com as opiniões que justificam tais obstáculos, criando os acontecimentos que deem ao ser humano a possibilidade de avaliar o mundo e a existência de uma outra maneira.

Na filosofia nômade é a ruptura que instaura a condição da criação. Nesta instância, o ato de pensar é um devir que combate as opiniões da representação. O filósofo não pretende mais ser o representante das verdades estabelecidas; não quer também significar a realidade na qual ele vive, nem tampouco designar as coisas do mundo segundo os ditames de um pensamento majoritário. Quando a filosofia se comprometeu com tais tarefas ela se iludiu ao ter feito do seu empreendimento um afazer conforme com os ideais nacionais regidos pelos poderes vigentes. Na contrapartida deste empreendimento, diremos que a filosofia nômade é uma anomalia libertária que defende a criação como forma saudável de afirmação do devir. Neste aspecto, a criação do conceito que a língua exprime na sintaxe que coíbe a formação de opiniões, é inseparável de um movimento que acompanha o pensamento que traça a terra por vir da constelação conceitual. É que aqui existe uma geografia do pensamento posta como consequência política nômade do construtivismo de Deleuze e Guattari. O

plano de imanência – a terra dos conceitos – é o traçado de uma filosofia que rompe com os ideais estatais que atavam o pensamento a majoração dos enunciados costumeiros. Como geografia imanente ao pensamento, ele se traduz pelo movimento que se eleva ao infinito, rompendo as fronteiras que criam referências históricas, religiosas e morais para a atividade do pensar.

A imanência sem referência é a terra nômade do filósofo que alcança a serenidade do pensamento. Ali onde a criação filosófica traça o movimento infinito do pensamento inseparável dos movimentos de uma matéria fluente. Sendo assim, o plano de imanência é – a um só tempo – imagem de um pensamento que eleva o movimento ao infinito e matéria diagramática de um ser movente. Ou seja, na imanência pensar e ser são gestos inseparáveis de uma terra traçada como o horizonte absoluto dos conceitos. A este respeito escrevem Deleuze e Guattari:

O plano de imanência não é um conceito pensado nem pensável, mas a imagem do pensamento, a imagem que ele se dá do que significa pensar, fazer uso do pensamento, se orientar no pensamento... Mas a imagem do pensamento só retém o que o pensamento pode reivindicar de direito... E o que o pensamento reivindica é o movimento infinito ou movimento do infinito... (DELEUZE; GUATTARI, 1991. p. 53).

Sendo assim, o movimento tomou tudo, constituindo o próprio horizonte absoluto da filosofia. Trata-se da aventura de um pensamento que se lança em um movimento de ir e voltar sem referência, sem o anteparo de um sujeito suposto como princípio e causa da atividade do pensar, e sem a qualificação de um objeto evocado como substância primeira para a sua fundamentação. Na anomalia de um pensamento imanente a si mesmo, o movimento tornou-se infinito, sendo nós, seres humanos, modos de vida situados sobre o plano de imanência da natureza.

Percebemos, com relativa clareza, a posição de Deleuze e Guattari: situados como defensores da imanência eles evocam os filósofos que trataram de eliminar da esfera do pensamento todo e qualquer desejo de transcender, pois para eles, a transcendência surge na filosofia toda a vez que nós relacionamos o mundo no qual existimos a uma origem situada acima dele; ou – ao contrário – referimos o mundo existente a uma causa que venha finalizá-lo.

Assim, Estóicos, Lucrécio, Spinoza, Nietzsche e tantos outros, serão sempre lembrados como pensadores de uma imanência radical que inibiram – através dos seus procedimentos - a possibilidade de traição deste mundo pela suspeita de um mundo posto pela ilusão da transcendência.

Ora, a criação de conceitos incorporais, o traçado de um plano comum de imanência e a aventura de um pensamento que cria por experiências surgidas do combate contra o caos, são traços de um construtivismo nômade. Nele, singulariza-se a vocação intempestiva das filosofias livres das contemplações objetivas, das reflexões subjetivas e das crenças ficcionais de um mundo distinto do devir posto como atenuante do desespero que emerge quando o homem se vê vítima das superstições.

Podemos agora dizer que a língua nômade dos conceitos expressa, por um lado, os incorporais criados pelo pensamento e refere tais entidades a um plano sempre móvel que apresenta os traços diagramáticos pelos quais o pensamento não cessa de passar na aventura renovada da sua criação.

Ressonância final: do duplo devir ao povo que falta

Ao cotejar os dois procedimentos ao longo do texto, buscamos preservar a singularidade de cada um; dizendo, por um lado, quais os traços gerais de uma literatura menor; e apresentando, por outro, a intempestividade da língua anômala dos conceitos. Agora, pensando na unidade que constitui o nosso trabalho acreditamos que a resolução final desse cotejamento só se consolide no pareamento de duas teses que se encontram presentes nas duas criações: assim, a literatura menor e a filosofia nômade são empreendimentos que decantam devires e evocam um povo nas linhas de fuga traçadas pelas suas invenções. Qual a natureza de tais devires? E qual o povo evocado nos dois procedimentos?

Na literatura o devir se diz da experimentação do próprio escritor. Sendo o procedimento de Kafka minoritário, estando a sua literatura articulada a um agenciamento coletivo de enunciação, pode-se dizer que o empreendimento da linha de fuga traçada no movimento absoluto de desterritorialização, coloca o escritor na condição de alguém que escreve pela atração que impõe a impossibilidade de fazer uma outra coisa. Nesta experiência limiar localizamos o devir sensível no plano de composição traçado pela literatura. Assim, dos devires animais presentes nas novelas aos devires imperceptíveis que contaminam o procedimento como um todo, vemos proliferar toda uma preocupação de fazer com que a literatura transponha os limites políticos que nos fixam à história.

Entretanto, convém dizer que em literatura – como na arte em geral – o devir se diz sempre de figuras estéticas, ou se quisermos heterônimos, que se apresentam como os verdadeiros agentes de enunciação da escrita. Neste aspecto, a literatura é uma viagem que se constrói ao lado do inacabado devir, estando, portanto, empenhada em criar um horizonte de possíveis engendrados por compostos de sensações, isto é, por visões e audições que fazem a experiência estética da literatura.

Já na filosofia a criação dos conceitos supõe a invenção de personagens conceituais que definem – com exatidão – o problema da enunciação filosófica. Ou seja, os personagens conceituais são seres de pensamento e devires do criador que funcionam, na obra, como os enunciadores da filosofia. Eles são os agentes de enunciação do filósofo, atestando a existência dos devires presentes da criação conceitual. Percebemos que eles não são meros personagens do procedimento, pois intervêm imediatamente nos movimentos de criação do conceito e participam ativamente do traçado do plano de imanência. Para nós, eles são pensadores que enunciam o devir do filósofo, mostrando como na filosofia um modo de existência vai consistindo ao longo da sistematização conceitual.

Ora, com a explicitação dos dois procedimentos ficamos informados da existência de devires inseparáveis dos estilos aqui ensaiados. Resta então perguntarmos: é o mesmo devir? Ou há diferença entre eles? A este respeito Deleuze e Guattari dizem, com muita precisão, o que caracteriza a diferença do devir na literatura e na filosofia, são:

As figuras estéticas (e o estilo que as cria) não tem nada a ver com retórica. São sensações: perceptos e afetos, paisagens e rostos, visões e devires. Mas não é também pelo devir que definimos o conceito filosófico, e quase nos mesmos termos? Todavia, as figuras estéticas não são idênticas aos personagens conceituais... Não é o mesmo devir. O devir sensível é o ato pelo qual algo ou alguém não para de devir-outro (continuando a ser o que é) ... enquanto que o devir conceitual é o ato pelo qual o acontecimento comum, ele mesmo, esquiva o que é. Este é heterogeneidade compreendida numa forma absoluta, aquela alteridade empenhada numa matéria de expressão (DELEUZE; GUATTARI, 1991, p. 229).

Em suma, o que a literatura produz é um devir-outro da língua, uma minoração da língua maior, um delírio que arrasta a língua para fora do sistema dominante. Por outro lado, no devir conceitual da filosofia há uma língua inventada na ruptura com a opinião.

Destes dois procedimentos inatuais resta enfim perguntar: a quem se destina tais invenções? Sem dúvida a um povo clamado pelos dois pensamentos engajados no devir da existência. Diremos que tanto a literatura menor, quanto a filosofia nômade clamam pela existência de um povo que falta, de um povo nômade, parte incontestada de uma minoria que protesta contra os subterfúgios dos discursos retóricos majoritários, entrando nos devires que resistem ao presente para criar a terra próspera de uma existência mais serena e potente.

Assim, na literatura menor, Kafka escreve com o propósito de criar na máquina literária os agenciamentos coletivos de enunciação que deflagram os devires minoritários de um povo porvir. Nas estratégias ensejadas pela política literária, torna-se necessário fazer com que os agenciamentos de enunciação tendam para um movimento de desterritorialização absoluta, através de tensores construídos em uma língua que clama por um povo menor.

Na filosofia nômade, temos, igualmente o mesmo apelo; pois na avaliação feita por Deleuze e Guattari:

A raça invocada pela arte ou pela filosofia não é a que se pretende pura, mas uma raça oprimida, bastarda, inferior, anárquica, nômade, irremediavelmente menor - aqueles que Kant excluía das vias da nova Crítica... Artaud dizia: escrever para analfabetos... Mas o que significa para? Não é “com vistas a”; é “diante” É uma questão de devir... e o devir é sempre duplo, e é este duplo devir que constitui o povo porvir e a nova terra (DELEUZE; GUATTARI, 1991, p.141-142).

O povo é interior ao filósofo por que é um devir-povo, na exata medida em que o pensador é interior ao povo, como devir não menos ilimitado. É bem verdade que o escritor e o filósofo não são capazes de criar um povo, eles só podem invocá-lo, com os seus respectivos procedimentos. Entretanto, há nos livros de filosofia e na literatura menor criações que fazem pressentir o advento de um povo. Eles tem em comum “resistir à servidão, ao intolerável, à vergonha e ao presente” (DELEUZE; GUATTARI, 1991, p. 142). Finalizamos com ênfase neste “povo que falta”, para dizermos que as duas criações aqui analisadas se endereçam a todos aqueles que vivem fazendo fugir a opressão estabelecida, apostando no devir minoritário da vida.

Sobre o artigo

Recebido: 05/11/2016

Aceito: 05/12/2016

Referências bibliográficas

- BERGSON, H. Essai sur les données immédiates de la conscience. In: BERGSON, H. **Oeuvres**, Paris: PUF, 1888, p. 1-157.
- DELEUZE, G. **Logique du sens**, Paris: Minuit, 1969
- DELEUZE, G. **Le Pli : Leibniz et le Baroque**, Paris : Editions de Minuit, 1988.
- DELEUZE, G. **Um manifesto de menos – Sobre o teatro**, Rio de Janeiro: Zahar, 2010
- DELEUZE, G. GUATTARI, F. **Kafka - por uma literatura menor**, Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- DELEUZE, G. GUATTARI, F. Postulados da linguística. In: DELEUZE, G. GUATTARI, F. **Mil platôs vol. 2**. Rio Janeiro: Ed: 34 letras, 1995, p. 11-59.
- DELEUZE, G. GUATTARI, F. Tratado de nomadologia: a máquina de guerra. In: DELEUZE, G. GUATTARI, F. **Mil platôs vol. 5** .Rio de Janeiro: Ed: 34 letras, 1997, p. 11-110 .
- DELEUZE, G. GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: 34 letras, 1991.
- KAFKA, F. **Der Prozess**. Berlim: Schocken Verlag, 1935.
- KAFKA, F. **A metamorfose**. São Paulo: Companhia das letras, 1977a.
- KAFKA, F. **Carta ao Pai**. São Paulo: Companhia das letras, 1977b.